



RESOLUÇÃO ConsUni Nº 128, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2013.

Aprova a criação do Núcleo de Estudos Estratégicos sobre Democracia, Desenvolvimento e Sustentabilidade (NEEDDS) da UFABC.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO (ConsUni) DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC), no uso de suas atribuições e considerando:

- ✓ a Resolução ConsUni nº 104, de 8 de março de 2013, que normatiza os Núcleos Estratégicos de Pesquisa da UFABC;
- ✓ o resultado final da seleção de propostas para novos Núcleos Estratégicos, regulamentada pelo Edital nº 34, de 3 de abril de 2013 e pelo Edital nº 70, de 28 de junho de 2013; e
- ✓ as deliberações ocorridas na continuação de sua III sessão ordinária, realizada em 17 de outubro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a criação do Núcleo de Estudos Estratégicos sobre Democracia, Desenvolvimento e Sustentabilidade (NEEDDS) da UFABC, com os seguintes objetivos:

- I. Favorecer a internacionalização da UFABC, de seu corpo docente e pesquisadores, e de sua produção acadêmica nos temas relativos a Democracia, Desenvolvimento e Sustentabilidade;
- II. Criar mecanismos de integração horizontal (entre cursos, programas e centros) e vertical (entre graduação, pós-graduação e extensão) no tratamento destes temas estratégicos;
- III. Fortalecer a visibilidade da UFABC por meio de um consistente programa de publicações acadêmicas no Brasil e em periódicos internacionais de reconhecida penetração entre acadêmicos e gestores que atuam nos temas selecionados;
- IV. Fortalecer os laços da UFABC com organizações sociais e instâncias do poder público que atuam nestes mesmos temas;
- V. Subsidiar a criação de novos cursos (de graduação e pós-graduação) na UFABC em áreas afins àquelas priorizadas pelo Núcleo.

§ 1º Os objetivos e atividades comuns a todos os Núcleos Estratégicos da UFABC estão descritos na Resolução ConsUni nº 104, Artigos 1º e 3º.



§ 2º O Anexo desta Resolução contém a íntegra do projeto do NEEDDS, submetido à banca responsável pela seleção das propostas de novos Núcleos Estratégicos, nomeada pela Portaria da Reitoria nº 394, de 28 de junho de 2013.

Art. 2º As competências comuns a todos os Núcleos Estratégicos da UFABC estão descritas na Resolução ConsUni nº 104, Artigo 2º.

Art. 3º De acordo com a Resolução ConsUni nº 104, Artigo 6º, a gestão do NEEDDS será realizada por um coordenador, um vice-coordenador e um conselho direutivo composto por, no mínimo, 3 (três) docentes.

§ 1º O coordenador e o vice-coordenador serão nomeados pelo Reitor, ouvidos os membros docentes.

§ 2º O conselho direutivo será escolhido pelos membros docentes do NEEDDS, por meio de consulta, e nomeados pelo coordenador. A duração do mandato do conselho direutivo será de 2 (dois) anos. Após esse período, uma nova consulta deverá ser realizada.

Art. 4º O NEEDDS será composto por docentes de, no mínimo, dois Centros da UFABC. A associação de novos membros deverá ser aprovada pelo conselho direutivo. Os membros iniciais do NEEDDS estão citados em seu projeto.

Art. 5º Os recursos humanos e orçamentários necessários para o funcionamento do NEEDDS serão providos pela UFABC, por meio da Reitoria.

Art. 6º O NEEDDS terá existência de 6 (seis) anos para a realização de suas atividades. Esse prazo poderá ser prorrogado por mais 2 (dois) anos mediante aprovação de justificativa por uma comissão externa, composta por, pelo menos, 3 (três) membros e nomeada pelo Reitor.

Art. 7º O NEEDDS deverá organizar um seminário aberto a toda a comunidade, demonstrando sua proposta e articulando novas adesões.

Art. 8º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da UFABC.

HELIO WALDMAN
Presidente

Núcleo de Estudos Estratégicos Democracia, desenvolvimento e sustentabilidade

Projeto apresentado no âmbito do Edital de criação de novos Núcleos Estratégicos da Universidade Federal do ABC (Maio/2013)

Arilson Favareto (coordenador)

Dacio Matheus

Daniela Theuer

Francisco Comaru

Gabriela Lotta

Gilberto Maringoni

Giorgio Schutte

Igor Fuser

Jeroen Klink

Klaus Frey

Marcos Vinícius Pó

Ramon Garcia Fernandez

Ricardo Moretti

Rosana Denaldi

Sidney Jard

Simone Freitas

Vanessa Elias

Vitor Marchetti

Vitor Schincariol

Santo André/São Bernardo do Campo, Junho de 2013

1. Introdução e justificativa

Segundo cálculos das Nações Unidas (UNDP, 2013), aproximadamente 1/3 da humanidade vive próximo ou abaixo da linha de pobreza. São quase dois bilhões de pessoas que vivem com menos do que o mínimo necessário para produzir e participar da vida social. Há aí um claro desafio ético, já que se trata de garantir patamares básicos de dignidade para um em cada três seres humanos. E há aí um problema econômico, pois significa que o potencial da humanidade para a realização de desenvolvimentos culturais e materiais encontra-se subutilizado. Além disso, embora os patamares de pobreza relativa já tenham sido maiores, o mesmo não se pode dizer do indicador de desigualdade, que aumentou na última década, com 20% das pessoas concentrando 80% da riqueza mundial. E as projeções de crescimento populacional para os próximos cinquenta anos (UN, 2011) indicam que ela se dará justamente na África e na Ásia, especialmente nas porções destes continentes que já abrigam altos contingentes de pobreza. Por outro lado, cálculos da mesma Organização das Nações Unidas (UNEP, 2013) indicam que neste ano atingimos a marca de 400 partes por milhão de CO₂ na atmosfera, o que sugere um recrudescimento de condições ambientais desfavoráveis e com efeitos comprovados em erosão de biodiversidade, diminuição da vida marinha por concentração de Nitrogênio, além de mudanças climáticas com duros efeitos sobre modos de vida e processos produtivos (mudanças em regimes de chuvas e seus efeitos sob a forma de eventos extremos ou de impactos em safras agrícolas, por exemplo). Isto é, a ampliação das bases materiais das sociedades encontra uma barreira na capacidade de suporte dos ecossistemas em continuarem prestando os serviços ambientais (regulação térmica e do regime de chuvas, fechamento do ciclo de determinados elementos químicos, entre outros) necessários à espécie humana. Disto resulta a importância em se tomar estas duas dimensões da agenda internacional – a dimensão do desenvolvimento e a dimensão da sustentabilidade - em conjunto.

No caso brasileiro, especificamente, não é diferente. Embora a década passada tenha sido uma década ganhadora, à medida que houve um crescimento econômico continuado (3,6% ao ano em média), acompanhado de forte redução da pobreza (33%) e inédita redução da desigualdade (7% de recuo no Índice de Gini), há controvérsias sobre a sustentabilidade do modelo adotado para a próxima década, o que se expressa em incapacidade de aumentar o nível de investimentos em capital fixo, e consequentemente estabilização da produtividade do trabalho, pressão inflacionária do lado da oferta, e numa persistência da desigualdade em aproximadamente 1/4 dos municípios brasileiros. Além disso, as exportações de bens primários saltaram da casa dos 30-40% no início dos anos 2000 para um patamar em torno dos 60% do total do país no final da década, algo preocupante não só pelo baixo valor agregado destes produtos, mas porque são cadeias produtivas especialmente concentradoras e, ainda, porque esta expansão resulta em forte pressão sobre os ecossistemas mais frágeis do país.

Os resultados desta dinâmica econômica repercutem diretamente nas diferentes regiões brasileiras, entre elas, o ABC paulista. Entre 2010 e 2013 o déficit comercial da manufatura dobrou de 40 para 80 bilhões de dólares. Se juntarmos a isso a importação de produtos de fora do país por via de outras contas, o Brasil está chegando a um déficit na manufatura de US\$ 100 bilhões. Esta pressão sobre o setor manufatureiro está sendo sentida com força no ABC, onde não só o emprego qualificado, mas também as contas das prefeituras municipais dependem historicamente destes setores. A falta de investimentos em novos ciclos produtivos significa também perder oportunidade de um *upgrade* ambiental na produção. Daí a importância estratégica de combinar instrumentos tradicionais e de tradicional importância para a região, como a política industrial, com a agenda de sustentabilidade, estimulando a constituição de trajetórias tecnológicas endógenas e capazes de internalizar a variável ambiental. Enfim, são, no plano local, dificuldades econômicas que se somam a problemas históricos da região como a ocupação urbana desordenada, o déficit habitacional, a pressão sobre áreas de sensibilidade ambiental resultando em situações de risco e degradação que agravam as condições de bem-estar humano.

Nestas três escalas territoriais vê-se claramente a indissociabilidade dos problemas usualmente associados à agenda do desenvolvimento (estabilidade e crescimento econômico, desigualdade, bem-estar social) e dos problemas tradicionalmente ligados à agenda da sustentabilidade (conservação ambiental, impactos ambientais das tecnologias, novas formas de uso dos recursos naturais). Mas se a trajetória recente dos problemas econômicos, sociais e ambientais aproxima estas duas agendas, o tratamento integrado destas duas dimensões é ainda algo ausente das arenas de negociação que envolvem governos, empresas e sociedade civil. O exemplo mais flagrante desta dissociação nas tentativas de governança se dá no plano internacional: nos próximos anos os países do Sistema das Nações Unidas repartuarão os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, um conjunto de metas traçadas na virada do século que expiram em 2015; no

mesmo período, outros agentes dos mesmos países, em outros fóruns do mesmo Sistema das Nações Unidas discutirão os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, tal como definido na recém realizada Conferência das Nações Unidas sobre Meio-ambiente e Desenvolvimento, a Rio+20. Apesar de se tratarem dos mesmos governos e do mesmo sistema de governança internacional, os fóruns e os agentes são distintos e, portanto, o tratamento das duas agendas se dá sem diálogo e complementaridade. Um terceiro tema que se impõe, portanto, diz respeito aos processos decisórios, às políticas e às estratégias públicas e privadas que afetam a governança dos problemas relativos ao desenvolvimento e à sustentabilidade, na escala global, no plano nacional, e no âmbito local. Trata-se, enfim, de saber como as formas de democracia do mundo contemporâneo, nas diferentes esferas, poderão favorecer trajetórias de desenvolvimento com maior sustentabilidade.

Por tudo isso, é razoável supor que estes três temas – democracia, desenvolvimento e sustentabilidade – deverão, por várias décadas, fazer parte da agenda pública e científica (marcadamente no âmbito das ciências sociais e das ciências naturais). E, desta forma, deverão estar também no horizonte de preocupações de uma universidade como a UFABC, por meio de seus programas de pesquisa, cursos de graduação e pós-graduação, de suas atividades de extensão.

Um novo Núcleo de Estudos Estratégicos sobre Democracia, Desenvolvimento e Sustentabilidade (NEEDDS), a ser criado na universidade pode, assim, ser de crucial importância. Não só para produzir novos conhecimentos a partir da articulação destes três campos temáticos. Mas, principalmente para, ao fazê-lo, favorecer também um conjunto de vetores de construção de uma universidade de excelência: a) a produção de expertise em temas chave e que estão e estarão, por muito tempo ainda, na fronteira da política, da economia e da ciência, e que por isso inspirarão pesquisas atuais e futuras; b) a maior integração entre âmbitos da vida acadêmica tendo por base esta agenda estratégica, âmbitos nos quais há, hoje, pouca complementaridade (graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão, programas de pós-graduação em diferentes áreas); c) a criação de embriões de novos cursos e de programas colaborativos envolvendo cursos já existentes ou em fase de criação e que tratem desta temática sob uma perspectiva inovadora; d) a internacionalização da universidade fortalecendo seus vínculos com centros de excelência nestes temas destacados; e) a visibilidade e penetração da UFABC entre tomadores de decisão públicos e privados que atuam sobre estes mesmos temas.

A proposta deste novo Núcleo de Estudos Estratégicos em Democracia, Desenvolvimento e Sustentabilidade busca viabilizar este espaço de integração e produção acadêmica aplicada. A iniciativa reúne professores e pesquisadores do CECS e do CCNH, representantes de seis cursos de graduação (Relações Internacionais, Ciências Econômicas, Políticas Públicas, Planejamento Territorial, Engenharia Ambiental e Urbana, Biologia), duas pós-graduações já constituídas (Ciências Humanas e Sociais e Planejamento e Gestão do Território), outras duas em fase de avaliação pela Capes (Políticas Públicas, Ciência e Tecnologia Ambiental), mais de dez projetos de pesquisa com financiamento já em andamento, além de outros cinco em fase de análise ou submissão a agências de fomento. São ao todo dezoito professores e vinte pós-graduandos ou estudantes de iniciação científica envolvidos na iniciativa aqui apresentada. Trata-se, portanto, de um projeto com alta capacidade de potencializar iniciativas em curso, integrando-as na direção de suprir lacunas institucionais, políticas e científicas de alta relevância. As páginas a seguir apresentam a estratégia desenhada para alcançar tal intento.

2. Objetivos

O NEEDDS tem um plano de trabalho de três anos orientado pela seguinte questão organizadora: que políticas públicas e que estratégias de intervenção públicas ou privadas podem favorecer trajetórias de desenvolvimento com maior sustentabilidade e democracia?

Esta questão organizadora enfeixa um conjunto de objetivos de pesquisa e um conjunto de objetivos institucionais, apresentados a seguir.

Objetivos de pesquisa

1. Mapear o estado atual das principais questões a serem enfrentadas nos três temas – democracia, desenvolvimento e sustentabilidade -, e nas três escalas territoriais – global, nacional e regional -, tanto sob o ângulo empírico como sob o ângulo teórico.
2. Identificar e analisar, em cada um dos três temas e nas três escalas, experiências representativas de enfrentamento ou equacionamento destas questões postas pela literatura e pela realidade empírica.
3. Avaliar as interdependências existentes entre temas e questões vistas nas experiências relativas a cada tema, os condicionantes e possíveis campos de intervenção para que as agendas da democracia, do desenvolvimento e da sustentabilidade possam ser integradas ou ao menos aproximadas, visando, por aí, o aperfeiçoamento das políticas e das estratégias do setor público e do setor privado na direção de uma maior eficiência social, econômica e ambiental.
4. Propor orientações para novas estratégias e políticas baseadas nas lições aprendidas a partir dos procedimentos de pesquisa.

Objetivos institucionais

1. Favorecer a internacionalização da UFABC, de seu corpo docente e pesquisadores, e de sua produção acadêmica por meio: a) da articulação e formalização de redes internacionais (com participação de pesquisadores estrangeiros nos simpósios anuais promovidos pelo Núcleo, e com o envio de professores e estudantes para estágios de pesquisa nestas instituições internacionais parceiras); b) de uma estratégia orientada para a publicação de artigos em revistas internacionais de reconhecida qualidade nas áreas afins; c) da participação em eventos internacionais de reconhecida importância nas áreas envolvidas neste projeto.
2. Criar mecanismos de integração horizontal (entre cursos, programas e centros) e vertical (entre graduação, pós-graduação e extensão) por meio: a) de projetos de pesquisa aplicada conjuntos entre pesquisadores de diferentes cursos, programas e centros; b) da realização de seminários e simpósios anuais com presença dos pesquisadores dos diferentes cursos, programas e centros que compõem o Núcleo; c) do envolvimento de pesquisadores de iniciação científica, mestrado e doutorado; d) da construção de uma agenda de pesquisa para a UFABC que sirva de referência para o tratamento destes temas no âmbito da graduação ou no âmbito das linhas de pesquisa afins existentes nos programas de pós-graduação; e) do mapeamento e veiculação do estado da arte nos temas específicos que subsidiem ensino e pesquisa; f) da elaboração de atividades de intervenção aplicada em parceria com representantes de governo, mundo empresarial e movimentos sociais, e da articulação organizada com experiências destas três esferas (governo, empresas, movimentos sociais) que subsidiem projetos de extensão.
3. Fortalecer a visibilidade da UFABC por meio de um consistente programa de publicações acadêmicas no Brasil e em periódicos internacionais de reconhecida penetração entre acadêmicos e gestores.
4. Fortalecer os laços da UFABC com organizações sociais e instâncias do poder público por meio de: a) realização de simpósios anuais com participação de convidados destes segmentos; b) análise de experiências regionais, nacionais e internacionais de relevo; c) elaboração de documentos de subsídio (boletins e policy papers) com conteúdo e linguagem voltados para estes segmentos.

5. Subsidiar a criação de novos cursos (de graduação e pós-graduação) por meio de: a) mapeamento do estado da arte de temas específicos; b) articulação de redes nacionais e internacionais (acadêmicas, governamentais e da sociedade civil) que suscitem novos temas de pesquisa; c) elaboração de diretrizes estratégicas para subsidiar as instâncias da UFABC no tratamento destes temas.

3. Aspectos conceituais

Os objetivos institucionais e de pesquisa elencados no item anterior deste projeto estão ancorados num debate conceitual sobre as três dimensões que dão nome ao Núcleo e cujos contornos gerais são apresentados de forma esquemática a seguir.

Sobre desenvolvimento

Após um período de predomínio de ideário neoliberal, com políticas pautadas pela diminuição da presença do Estado na economia, pela busca de estabilidade macroeconômica e por liberalização de regras de comércio, os anos mais recentes são palco de uma retomada dos debates sobre desenvolvimento. Nesta retomada, há diferenciações importantes em relação ao “velho” nacional-desenvolvimentismo que se fez presente no Brasil e na América Latina desde os anos trinta até a década de noventa, e que teve no pensamento expresso pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) um de seus principais expoentes intelectuais e normativos. A retomada, porém com inovações, muitos não associar o termo neodesenvolvimentismo (BRESSER PEREIRA, 2012; POCHMANN, 2012).

As abordagens neodesenvolvimentistas partem do reconhecimento dos erros cometidos pela abordagem nacional-desenvolvimentista e do entendimento de que a situação nacional e internacional mudou profundamente desde então. Sicsú, Paula e Michel (2007) identificaram as principais falhas como: 1) o uso generalizado e a falta de prazos para as políticas de corte protecionista; 2) o progresso tecnológico e de inovação limitados; 3) desenvolvimento pouco satisfatório de uma infraestrutura financeira nacional, levando à dependência excessiva de capital estrangeiro.

Segundo Erber (2010), a inclusão econômica e social inadequada foi a grande deficiência do antigo padrão desenvolvimentista. Algo ainda mais importante já que, como insistia Celso Furtado, a concentração de renda e a riqueza são os principais obstáculos para o desenvolvimento. Bresser-Pereira (2011) também observou explicitamente os resultados obtidos com o velho padrão em termos de concentração de renda e o foco desproporcional sobre os bens de consumo duráveis para a classe média alta. Considerando a nova realidade e a busca por novas estratégias, Sicsú, Paula e Michel (2007) observaram que não há mais a necessidade de envolvimento direto do Estado em atividades produtivas, citando o aço como um exemplo. O desafio, então, não é mais construir uma indústria que permita emergir de uma sociedade predominantemente agrária, mas aumentar a inovação e a produtividade e melhorar a qualidade. Por último, a globalização levou à integração dos mercados financeiros, o que criou novos desafios. Negociações comerciais internacionais e do trabalho tornaram o processo de tomada de decisão mais complexo. Isto implica não só em reforçar e modernizar a administração pública nos diferentes níveis, mas também promover a formação de coalizões sociais, ou o que Sicsú, Paula e Michel (2007) chamam de núcleo de desenvolvimento endógeno, incluindo empresas domésticas fortes, capazes de investir em inovação. Endógeno nesse caso não exclui o capital multinacional, mas sugere que a estratégia de desenvolvimento deve incentivar a formação de fortes empresas locais com capacidade de pesquisa e desenvolvimento.

Para contribuir de forma coletiva e organizada para este debate, um grupo de economistas heterodoxos, organizados a partir do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp), criou a Rede Desenvolvimentista, em 2011. Segundo esta iniciativa, a nova lógica introduzida pelo governo Lula poderia ser qualificada como um sóciodesenvolvimentismo, uma vez que a dinâmica econômica se deu pelo viés da demanda e distribuição, com pouco progresso em temos de mudanças estruturais necessárias para melhorar a infraestrutura social e fiscal do Brasil e permitir um novo ciclo de investimento e inovação (CARNEIRO, 2011). Apesar disso, os mesmos autores identificam uma clara mudança de estratégia em relação à reconstituição da capacidade de coordenação do Estado.

O que esses autores têm em comum quando se trata de uma definição do novo desenvolvimentismo é uma ênfase sobre a retomada do papel central do Estado, que é visto como essencial para promover uma estratégia de desenvolvimento que deve se concentrar em: a) promoção da dinâmica no mercado interno através de aumento do consumo de massa e da redução da desigualdade social; b) criação de oportunidades de investimento em setores estratégicos, considerando as políticas industriais para ser ainda estratégico, particularmente o uso de exigências de conteúdo local; c) a necessidade de diminuir a vulnerabilidade externa, promovendo a poupança interna, gestão da conta de capital e impedir a apreciação excessiva da moeda e instabilidade; d) integração com os mercados internacionais, rejeitando o protecionismo, mas

defendendo a indústria nacional contra práticas comerciais desleais, o que inclui negociações pragmáticas, como forma de mercados abertos baseados nos princípios da reciprocidade; e) a promoção de uma estratégia nacional de desenvolvimento médio e longo prazo, o que implica a reconstrução da capacidade de planejamento do Estado.

Como se vê, entretanto, é conferida pouca atenção neste debate à dimensão ambiental. E no caso brasileiro ela é especialmente importante por duas razões: está nos recursos naturais uma das nossas principais vantagens comparativas; e é inegável que uma das marcas do capitalismo contemporâneo é a forte contestabilidade social em torno de práticas produtivas que levem à maior pressão sobre os ecossistemas.

Sobre sustentabilidade.

A ideia de desenvolvimento sustentável, como se sabe, foi inicialmente proposta pelo relatório Brundtland, de forma abrangente: "*Sustainable development is development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs*" (WCED, 1987). Hoje a retórica da sustentabilidade atingiu as mais diversas dimensões da sociedade, do mundo empresarial às esferas de governo, traduzindo-se na importância de internalização da variável ambiental nos discursos e práticas sociais. Autores como Veiga (2005) consideram hoje a sustentabilidade como um valor, para além da sua dimensão conceitual, tal como acontece com a democracia. Outros autores como Edwards (2005) vão na mesma direção ao considerar a sustentabilidade como uma revolução que apresenta uma alternativa que suporta a viabilidade econômica e ecossistemas saudáveis pela mudança dos padrões de consumo e implementação de uma rede social mais equitativa. O risco, no entanto, é que se incorra na polissemia ou na banalização da ideia.

Para além da retórica e dos valores contidos na ideia de sustentabilidade, propriedades de sistemas complexos, como é o caso dos sistemas socioambientais, emergem dos debates e estudos empíricos relacionados e se materializam em conceitos chave como resiliência. Resiliência é a habilidade do sistema de absorver perturbações e ainda manter sua estrutura e função básicas (WALKER & SALT, 2006). Assim como nas questões relacionadas às mudanças climáticas globais e no entendimento da dinâmica que envolve os eventos climáticos extremos consequentes dessas mudanças, a resiliência hoje é um termo utilizado para representar a capacidade de adaptação do homem e dos sistemas naturais às mudanças.

Por sustentabilidade entende-se aqui uma condição da relação entre sociedade e natureza baseada em três critérios: uma escala menos intensiva de uso dos recursos naturais capaz de permitir a recomposição dos ecossistemas e a manutenção dos serviços ambientais fundamentais ao bem-estar e ao metabolismo entre sociedade e natureza, uma distribuição mais justa dos resultados econômicos de forma a aumentar o bem-estar humano, e uma alocação eficiente dos recursos de forma a garantir as bases de reprodução econômica da sociedade brasileira. Segundo Daly&Farley (2008), a observância destes três critérios, necessariamente nesta ordem, deveria presidir a decisão em torno de investimentos, públicos ou privados. A ordem importa porque há uma irreversibilidade na manifestação de parte dos problemas ambientais. E porque, como os recursos são escassos, há a necessidade – ética, mas também econômica - de que eles se voltem prioritariamente à expansão do bem-estar. Como destaca Veiga (2005), esta definição de sustentabilidade é mais interessante do que a vaga metáfora dos três pilares – o equilíbrio econômico, social e ambiental - porque mostra a interdependência destas dimensões. Isto é, os ganhos em uma das dimensões não podem ser compensados por outra. Porque há irreversibilidade e causação recíproca. Opinião similar é partilhada pelo relatório da comissão internacional para propor medidas de bem-estar e performance econômica, que teve entre seus coordenadores dois prêmios Nobel de Economia, Amartya Sen e Joseph Stiglitz (SEN, STIGLITZ, FITOUSSI, 2009).

No caso brasileiro é evidente a forte conexão entre os temas da sustentabilidade e da desigualdade. Para ficar em apenas um exemplo, a Região Norte, na contramão do que aconteceu no restante do país na última década, não apresentou os mesmos avanços na redução das desigualdades. E é justamente ali que se trava mais diretamente uma batalha entre diferentes visões de apropriação do espaço e de uso dos recursos naturais. Organizações ambientalistas e intelectuais – ver, por exemplo, o relatório sobre o tema publicado pela Academia Brasileira de Ciências e que contou com a participação de nomes reconhecidos no debate ambiental brasileiro como Carlos Nobre e Berta Becker (ABC, 2008) -, reivindicam um modelo baseado na valorização da biodiversidade, no qual novas biotecnologias e o pagamento por serviços ambientais seriam vetores capazes de gerar divisas necessárias à melhoria das condições de vida e de infraestrutura nesta região, sem erosão das bases de recursos responsáveis pela resiliência do ecossistema amazônico e pelo estilo de vida das populações locais. Porém, este discurso já avança para algumas décadas de existência sem

igual progresso no volume e no grau de estruturação destas novas atividades econômicas. Os próprios movimentos sociais da Amazônia reconhecem a dificuldade em passar de um arquipélago de experiências para uma nova estratégia de desenvolvimento, com escala e importância econômica suficiente para fazer frente ao modelo parasitário baseado no trinômio gado-madeira-soja ou na mineração. O que abre uma outra frente de discussão: por meio de que formas de governança, políticas e estratégias estes novos modelos de relação entre sociedade e natureza podem ser perseguidos. Ou em outros termos, de que forma os instrumentos democráticos podem auxiliar o delineamento de trajetórias de desenvolvimento com maior sustentabilidade?

Sobre democracia

Nas décadas de 70 e 80, o contexto mundial passou a conviver com a crise econômica, transformações sociais e a globalização, exigindo dos Estados formas de enfrentamento da crise fiscal e das novas demandas sociais. Cada um dos Estados gerou respostas diferentes na redefinição de suas funções como enfrentamento a essa crise. No caso brasileiro, as mudanças tiveram início com o processo de redemocratização e de construção das instituições de apoio à democracia, que se concretizou com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Desde então, ao longo do aprofundamento do regime democrático, o Brasil tem vivido uma série de experimentações de novas instituições políticas que visam, por um lado, aprimorar a conformação do Estado e suas instituições em busca de maior efetividade e, por outro, aumentar a transparência e a permeabilidade do Estado à sociedade civil (BOURDIN, 2001; HAMBLETON ET AL., 2002; PIERRE, 2001; SISK ET AL., 2001; KOOIMAN, 2002; FREY, 2008).

Ao mesmo tempo, as transformações sociais brasileiras dos últimos anos e a promulgação de uma Constituição que prevê universalização no acesso aos serviços públicos passaram a gerar uma mudança no perfil de demanda em relação ao atendimento de necessidades, da qualidade dos serviços públicos e do acesso à informação e comunicação. Se adotarmos como pressuposto que a relação estado-sociedade se dá por meio da política pública, esta passa a ser o *locus* de inovação e experimentação tendo em vista sua melhoria qualitativa e quantitativa (VAZ, 2006).

Neste sentido, passam a integrar a agenda do Estado - e da própria literatura que analisa suas práticas - discussões que buscam, ao mesmo tempo, aprimoramento das instituições democráticas e melhoria das políticas públicas emanadas do Estado (em termos de efetividade, eficiência, acesso e qualidade dos serviços).

Há, nessa perspectiva, dois grandes blocos de discussões caras à literatura e também foco de práticas do Estado (blocos esses que se sobrepõem mas podem ser analisados de forma separada): a agenda a respeito das instituições democráticas e a agenda das políticas públicas.

Na agenda das instituições democráticas, a literatura tem tratado de várias dimensões que visam o aprimoramento do desenho das instituições existentes visando maior transparência e efetividade. Entre essas dimensões estão: compreensão do processo de produção das políticas nas diversas instituições (locais, estaduais e federais) e suas relações múltiplas; relação entre os três poderes; papel do executivo, legislativo e judiciário no desenho e implementação das políticas públicas; interações e articulações entre agentes sociais e estatais; papel regulador do Estado; relação Estado-sociedade e práticas participativas; accountability e transparência do Estado (JARD DA SILVA e DINIZ, 2013; OLIVEIRA, 2009 e 2005; MARCHETTI e CORTEZ, 2009; MARCHETTI, 2013 e 2011; PÓ e ABRUCIO, 2006; FREY, 2009, 2008 e 2007).

Com relação à agenda de fortalecimento da democracia há também um conjunto de temas mais relacionados às políticas públicas que buscam compreender como as políticas se concretizam em um contexto democrático e federativo e quais os seus resultados e impactos para a sociedade e para os próprios processos políticos. Neste sentido, estão presentes tanto estudos mais setoriais (temas específicos) como análises de políticas públicas, relacionadas a temas como: produção de políticas públicas nas diferentes fases do ciclo de políticas públicas; instrumentos de formulação, implementação, execução e avaliação das políticas; gestão de políticas públicas; análises sobre condicionantes e limitações das políticas públicas na contemporaneidade; federalismo e relações federativas na produção das políticas públicas e burocracia (OLIVEIRA, 2012 e 2011; LOTTA, 2010 e 2012; ABRUCIO, PEDROTTI e PÓ, 2010; ABRUCIO e PÓ, 2005; GONÇALVES, BITELMAN e LOTTA, 2010; LOTTA e VAZ, 2012).

No plano internacional, por sua vez, a ênfase recai sobre os limites das instituições criadas no pós-guerra em fazer frente aos problemas sociais, ambientais e econômicos globais. Paralelamente aos instrumentos

tradicionais como o Sistema Nações Unidas ou as instituições econômicas criadas em Bretton Woods (Banco Mundo e Fundo Monetário Internacional) e a Organização Mundial de Comércio (OMC), constituem-se novas formas de governança baseadas nas articulações entre grupos de países (G20, IBAS, BRICS, entre outras configurações) ou conferências temáticas nas quais há formas de participação da sociedade civil como a Rio/92, a Rio+20, a Habitat de Istambul ou a Conferência de Copenhague. Em todos estes espaços os dilemas da convivência entre democracia, desenvolvimento e sustentabilidade estiveram presentes. E em todos os casos foram definidos planos de ação de difícil execução. A marca destas articulações ou novas arenas de negociação internacional é a fragmentação das agendas. Em todos estes espaços se reconhece a importância de pôr temas relativos ao desenvolvimento e à sustentabilidade em diálogo, mas há enorme dificuldade em materializar este diagnóstico em políticas e estratégias efetivas, o que só reforça a importância de se identificar experiências, lições e diretrizes capazes de entender quais são os condicionantes de um esforço nesta direção e os meios para superá-los.

Iniciativas em curso de tratamento destes temas na UFABC como base para uma abordagem integrada

Nos centros, programas de pós-graduação e cursos de graduação existentes na UFABC e onde estão situados os pesquisadores que assinam esta proposta, há várias iniciativas de pesquisa que tratam de temas situados nas três dimensões abordadas por este projeto. Novamente de forma esquemática, podem-se citar ao menos quatro campos de estudos que servem como interessantes pontos-de-partida para um trabalho sistemático de busca das interdependências e intersecções entre democracia, desenvolvimento e sustentabilidade.

Um primeiro grupo de pesquisadores tem desenvolvido estudos em temas relacionados a formas de governança, condições de eficiência de políticas, conflitos e diretrizes em torno dos usos do fundo público. Um segundo grupo de pesquisadores tem orientado seus esforços no entendimento dos modelos e das normas de uso social dos territórios, com atenção especial para as formas como o atendimento aos requisitos sociais e ambientais de utilização do espaço podem se combinar com critérios de eficiência econômica e administrativa. Um terceiro grupo se dedica hoje ao estudo das formas de inserção internacional do Brasil na cooperação internacional ou em arenas globais. E um quarto grupo, finalmente, aborda políticas setoriais (que vão de temas como agricultura, energia e política industrial a políticas sociais). Estes esforços, naturalmente fragmentados em iniciativas individuais de professores e seus grupos de pesquisa reproduzem certa especialização temática. Mas contém também aberturas para a identificação de pontos de convergência que podem ser potencializados na direção proposta neste projeto. Não se trata, portanto, de meramente agregar coisas que estão sendo já produzidas. Mas de fazer delas uma plataforma inicial para a identificação de intersecções que possam resultar num tratamento integrado das dimensões democrática, do desenvolvimento e da sustentabilidade, intuito maior deste projeto. O próximo item apresenta a metodologia que deve ser empregada nesta direção.

4. Metodologia e Plano de Trabalho

4.1 A ênfase e as etapas em cada um dos três anos deste plano de trabalho

Este plano de trabalho está organizado em três grandes etapas, cada uma delas correspondendo a um ano de existência do Núcleo.

De partida, pretende-se constituir um Comitê de Acompanhamento do projeto composto por três professores a serem escolhidos dentre os proponentes desta iniciativa, um pesquisador de um centro de pesquisa internacional também a ser escolhido pela excelência de sua instituição e por sua capacidade de dialogar com a tríade de temas que dão nome ao Núcleo, um professor da UFABC de outra área, como um olhar externo ao campo temático e à iniciativa. A estes membros de perfil científico serão agregados outros três membros convidados: um representante do setor público (gestor de políticas com interface com os temas do projeto), uma liderança empresarial e uma liderança de movimentos sociais que atuam diretamente nos temas do projeto.

Este Comitê se reunirá duas vezes ao ano, uma delas junto dos Simpósios ou Seminários anuais apresentados a seguir e outra no início do período de trabalho, visando sugerir procedimentos ou correções de rumo no planejamento do projeto.

O intuito aqui é estreitar permanentemente a interlocução com estes setores que se pretende impactar e estabelecer relações colaborativas estáveis e aproximar a condução do projeto das necessidades destes quatro segmentos: o mundo acadêmico, o mundo empresarial, o universo dos movimentos sociais e o campo da gestão pública.

Ano 1

O primeiro ano terá como foco analisar o estado da arte do debate nacional e internacional dos três temas chave (Democracia, Desenvolvimento e Sustentabilidade) com o objetivo de mapear os temas e questões fundamentais a serem analisados. Para tanto, cada pesquisador ou grupo de pesquisadores deverá fazer um levantamento da literatura nacional e internacional relacionado ao tema em questão e ao projeto de pesquisa específico desenvolvido pelos pesquisadores. Este levantamento será orientado por um Termo de Referência elaborado para cada tema do projeto, com um duplo objetivo: explicitar um conjunto de questões que terão que ser respondidas por este levantamento da literatura e que aponte numa dupla direção – levantar questões e aspectos importantes para o campo temático em si, e levantar questões e apontamentos importantes para o diálogo com os demais campos temáticos propostos. Este procedimento visa, desde cedo, evitar a fragmentação e justaposição de iniciativas, favorecendo a integração desejada entre os campos temáticos cobertos pelo Núcleo.

No início do ano todos os pesquisadores envolvidos no Núcleo deverão se reunir em um seminário interno onde serão discutidos os Termos de Referência e os temas de pesquisa, relacionados aos três temas chave. Esse seminário buscará já levantar possíveis sinergias entre as pesquisas a serem realizadas e pontos de diálogo entre os pesquisadores. Neste seminário também deverão ser construídas as bases para elaboração do primeiro ano da pesquisa e o que se espera da análise do estado da arte do debate nacional e internacional e, assim, construir um plano de trabalho.

Ao longo do ano, cada pesquisador ou grupo de pesquisadores deverá elaborar um paper como resultado do levantamento realizado ao longo da pesquisa. Uma versão preliminar deste paper será discutida em um segundo seminário interno. Nesta ocasião será feito também um exercício prévio de identificação de possíveis experiências a serem analisadas no segundo ano.

No último quadrimestre do ano, esses papers deverão circular entre todos os pesquisadores e será organizado um simpósio com a presença de todos os pesquisadores e da rede internacional que se pretende mobilizar. Neste simpósio serão apresentados e discutidos os papers elaborados, organizando-se a discussão em torno dos três temas chave, de forma que, ao final do simpósio, possamos ter uma análise mais abrangente do estado da arte nacional e internacional em cada um dos temas.

Após a realização do simpósio, os papers serão traduzidos e enviados para publicação individual ou coletivamente em revistas nacionais e internacionais das áreas.

Cada pesquisador pode propor a elaboração de um ou mais papers, e pode se dedicar a um ou mais dos

campos temáticos ou às escalas territoriais cobertas pelo projeto. Os papers poderão também ser individuais ou coletivos. O espírito da iniciativa é criar condições para absorver, da forma flexível e adaptada à realidade de cada pesquisador ou grupo de pesquisadores, as suas contribuições.

Ano 2

O segundo ano terá como foco identificar e analisar experiências à luz das questões postas pela revisão teórica e pelo diagnóstico das agendas da Democracia, do Desenvolvimento e da Sustentabilidade em três escalas: internacional, nacional e regional. Este exercício terá início já na segunda metade do primeiro ano, mas deverá se consolidar ao longo do segundo ano do projeto. Assim será possível superar a fragmentação de temas e iniciativas.

O mapeamento do estado da arte de cada um dos debates, realizado no primeiro ano da pesquisa, permitirá aos pesquisadores identificar um conjunto de questões em cada uma das temáticas que podem nortear a escolha e análise de experiências empíricas. Com base nessas questões, cada pesquisador ou grupo de pesquisadores deverá selecionar experiências regionais, nacionais ou internacionais que possam ser observadas à luz das questões propostas e sirvam para fortalecer ou contrapor à literatura levantada na primeira etapa da pesquisa.

A realização dessa segunda fase se iniciará com um seminário interno dos pesquisadores envolvidos no Núcleo que, conjuntamente, definirão o plano de trabalho do ano e as possíveis sinergias entre experiências ou análises a serem realizadas. Nesse seminário serão também definidas as diferentes as experiências à luz das diferentes dimensões a serem analisadas (regional, nacional e internacional), garantindo que haja cobertura de todas elas.

Ao longo do ano, cada pesquisador ou grupo de pesquisadores deverá realizar suas análises empíricas das experiências selecionadas, culminando com a elaboração de um paper para cada pesquisa. Versões preliminares dos papers serão discutidas em seminário interno do Núcleo.

Esses papers servirão como base para a realização de um novo simpósio, que contará com a participação de todos os pesquisadores e das redes nacionais e internacionais identificadas. Neste simpósio, buscaremos, ainda com relação a cada um dos três temas chave, analisar como as diversas experiências responderam às questões colocadas pela literatura e quais são seus aprendizados para as discussões de cada uma das temáticas.

Teremos como um dos resultados dessas discussões uma matriz analítica que observe as experiências nas três temáticas (Democracia, Desenvolvimento e Sustentabilidade) e nas três escalas (Regional, Nacional e Internacional), buscando pontos em comum e diferenciações entre elas. Os artigos elaborados serão organizados em um livro contendo os resultados da pesquisa produzidos nos dois primeiros anos.

Ano 3

O terceiro ano terá como objetivo realizar a análise cruzada das questões postas pela análise das experiências visando: compreender as interdependências verificadas nos três temas; propor aperfeiçoamentos nas formas de governança das iniciativas selecionadas e relacionadas ao desenvolvimento e sustentabilidade nas distintas escalas; produzir uma agenda de pesquisas que possa servir de base à atuação da UFABC, seus programas de pesquisa e de ensino.

Para tanto, este terceiro ano deverá iniciar com um seminário interno dos pesquisadores onde será construído o plano de trabalho para o ano. Este plano de trabalho deverá prever uma análise cruzada entre as várias experiências e temas, de forma que deverá propor métodos de trabalho coletivo entre os vários pesquisadores ou grupos de pesquisadores para que possam ser feitas as análises transversais entre temas e escalas.

Ao longo do ano, os diversos pesquisadores e grupos deverão trabalhar conjuntamente buscando a realização dessa análise cruzada que permita compreender interdependências entre os três temas.

A questão aqui colocada é pensar como as agendas de democracia, desenvolvimento e sustentabilidade se articulam tanto em termos teóricos como em experiências concretas.

Paralelamente, as discussões também deverão assumir um caráter mais propositivo buscando analisar as diversas experiências para propor aperfeiçoamentos nas formas de governança das mesmas nas diferentes escalas estudadas.

Ao longo das discussões, os pesquisadores deverão elaborar papers que façam tanto a análise cruzada entre

os temas como discussões mais propositivas sobre as experiências. Esses papers, em versão preliminar, tal como nos anos anteriores, serão discutidos em seminário interno. E sua versão final será a base para a realização do terceiro e último simpósio, também com a participação dos pesquisadores e de redes nacionais e internacionais. Esse simpósio deverá consolidar as discussões feitas e ainda gerar uma agenda de pesquisas que possa servir de base à atuação da UFABC em suas pesquisas, ensino e projetos de extensão. Por fim, os artigos resultantes desse terceiro ano de pesquisa deverão ser organizados em um novo livro.

4.2 Produtos esperados

Por meio destas etapas e procedimentos descritos no tópico anterior, os produtos esperados ao longo destes três anos de trabalho são:

- a) Realização de três simpósios com participação dos pesquisadores do Núcleo, convidados de universidades brasileiras e estrangeiras, representantes dos segmentos empresarial, movimentos sociais e gestores públicos. Estes eventos têm caráter predominantemente científico, mas pretende-se estabelecer um diálogo, desde o conhecimento produzido, com os diferentes campos de sua aplicação;
- b) Realização de seis seminários internos do Núcleo com participação dos professores, pós-graduandos e orientandos de iniciação científica vinculados aos estudos que estarão sendo realizados. Estes eventos têm caráter de formação para os jovens pesquisadores, de articulação e intercâmbio para os pesquisadores sênior, e de planejamento e avaliação permanente da condução do Núcleo;
- c) Realização de seis reuniões do Comitê de Acompanhamento, nas quais os membros discutem de forma mais sistemática e aprofundada os procedimentos e sugerem ajustes na condução do projeto;
- d) Dois livros com o conjunto dos papers produzidos, voltados à divulgação dos resultados obtidos em cada ano do projeto;
- e) Trinta artigos publicados em revistas científicas, ao menos dez deles preferencialmente revistas internacionais de reconhecido nível;
- f) Envio de ao menos dez pesquisadores (entre professores e pós-graduandos) ligados ao Núcleo para períodos de estágio no exterior (com financiamento a ser obtido por agências de fomento) nas instituições parceiras desta iniciativa ou outras;
- g) Apresentação de papers resultantes do programa de estudos do Núcleo em ao menos dez congressos de reconhecida importância no período;
- h) Publicação de doze boletins de pesquisa, com conteúdo e linguagem prioritariamente voltados para os segmentos não acadêmicos visando ampliar a repercussão das iniciativas e sua aplicabilidade no universo dos movimentos sociais, iniciativas empresariais e gestão pública;

Além destes produtos específicos, o Núcleo se abre também para a possibilidade de produzir outros dois tipos de resultado, cuja configuração dependerá do diálogo com outras instâncias da UFABC e com os representantes dos segmentos não acadêmicos envolvidos na iniciativa. No caso da UFABC poderá ser produzidos documentos como diretrizes ou sistematização de lições capazes de inspirar a criação de novos cursos de graduação (a exemplo da discussão sinalizada para o futuro de um Bacharelado Interdisciplinar em Ciências da Vida) ou de pós-graduação. No caso dos segmentos não acadêmicos poderão ser formatados seminários conjuntos ou outras iniciativas de diálogo entre interesses sociais e econômicos e científicos.

5. Cronograma de atividades

Atividade	1º Quad	2º Quad	3º Quad
Ano 1			
Seminário de preparação do ano e elaboração do plano de trabalho			
Reuniões do Comitê de Acompanhamento			
Levantamento da literatura nacional e internacional nas pesquisas específicas			
Elaboração de paper por pesquisa específica			
Seminário interno para discussão de versão preliminar dos papers			
Simpósio de análise do estado da arte de cada um dos temas chave			
Tradução dos papers e envio para publicações nacionais e internacionais			
Participação em seminários, congressos e redes nacionais e internacionais			
Publicação de Boletins			
Ano 2			
Seminário de preparação do ano, elaboração do plano de trabalho e das questões norteadoras para pesquisas empíricas			
Reuniões do Comitê de Acompanhamento			
Seleção de experiências a serem analisadas (regionais, nacionais e internacionais)			
Realização das pesquisas de campo			
Elaboração de paper por pesquisa específica			
Seminário interno para discussão de versão preliminar dos papers			
Simpósio de análise das experiências analisadas buscando cruzamentos por temática e por escalas			
Tradução dos papers e envio para publicações nacionais e internacionais			
Participação em seminários, congressos e redes nacionais e internacionais			
Publicação de Boletins			
Organização e Publicação de Livro			
Ano 3			
Seminário de preparação do ano, elaboração do plano de trabalho para análise cruzada dos temas chave e das experiências			
Reuniões do Comitê de Acompanhamento			
Realização das análises cruzadas entre os temas chave e experiências			
Elaboração de agenda propositiva de melhoria da governança das experiências			
Elaboração de paper por pesquisa específica			
Seminário interno para discussão de versão preliminar dos papers			
Simpósio de análise cruzada das temáticas e das experiências; construção de agenda propositiva e de agenda de pesquisas e intervenções para UFABC			
Tradução dos papers e envio para publicações nacionais e internacionais			
Participação em seminários, congressos e redes nacionais e internacionais			
Publicação de Boletins			
Organização e Publicação de Livro			

Bibliografia

- ABC. **Amazônia - desafio brasileiro do século XXI.** Fundação Conrado Wessel. São Paulo, 2008.
- ABRUCIO, Fernando Luiz; PEDROTI, P.; PÓ, Marcos Vinicius. A formação da burocracia brasileira: a trajetória e o significado das reformas administrativas. In: LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz; PACHECO, Regina Silvia. (Org.). **Burocracia e política no Brasil: desafio para a ordem democrática no século XXI.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ABRUCIO, F.L.; PÓ, M. V. **Mecanismos de controle da burocracia nos Estados Unidos e no Brasil: similaridades e diferenças.** Transit Circle (Porto Alegre), Rio de Janeiro, v. 4, p. 24-65, 2005.
- BARBOSA, N.; PEREIRA E SOUZA, J.A. A inflexão do Governo Lula: Política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, E.; GARCIA, M.A.(Orgs). **Brasil entre o Passado e o Futuro.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Boitempo, 2010.
- BOURDIN, A. **A questão local.** Rio de Janeiro. DP&A, 2001.
- BRESSER PEREIRA, L.C. A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento. *Estudos Avançados*, Vol 26, agosto 2012.
- _____. From old to new developmentalism in Latin America. In: OCAMPO, José Antônio e ROSS, Jaime orgs. **Handbook of Latin American Economics.** Oxford University Press, 2011.
- _____. **O Novo Desenvolvimentismo.** Folha de São Paulo, 19/09/2004.
- CARNEIRO, R. **O Desenvolvimento Brasileiro: Temas Estratégicos.** Rede Desenvolvimentista/ Instituto de Economia da Unicamp, 2011.
- DALY, H. & FARLEY, J. **Ecological economics – principles and applications.** Island Press. 2008.
- ERBER, F. Convenções de desenvolvimento no Brasil contemporâneo: um ensaio de economia política. *Textos para discussão Cepal- IPEA.* Brasília, 2010.
- FREY, K. . Perspectivas da democracia local na era digital. In: Cunha, M.A.; Frey, K.; Duarte, F.. (Org.). **Governança local e as tecnologias de informação e comunicação.** 1ed.Curitiba: Champagnat, 2009, v. 1, p. 31-50.
- FREY, K. . **Development, Good Governance, and its Implications for Local Democracy.** Brazilian Political Science Review, v. 3, p. 39-73, 2008.
- FREY, K. . Governança urbana e participação pública. *RAC. Revista de Administração Contemporânea*, v. 1, p. 136-150, 2007.
- GONCALVES, R. ; LOTTA, G. S. ; BITELMAN, M. . A coordenação federativa de políticas públicas duas décadas após a Constituição Federal de 1988. In: Encontro Nacional de Administração Pública e Governo, 2008, Salvador. *Anais do 3º Encontro Nacional de Administração Pública e Governo*, 2008.
- HAMBLETON, R., SAVITCH, H. V., & STEWART, M. (Eds.). **Globalism and local democracy. Challenge and Change in Europe and North America.** New York: Palgrave Macmillia, 2002.
- JARD DA SILVA, Sidney ; DINIZ, S. . Reforma previdenciária, sindicalismo e processo decisório na Argentina e no Brasil. In: Vitor Marchetti. (Org.). **Políticas Públicas em Debate.** 01ed.Santo André: UFABC/ABCDMaior, 2013, v. 01, p. 61-80.
- KOOIMAN, J. (2002). Governance. A social-political perspective. In J. R. Grote & B. Gbikpi (Eds.). **Participatory governance. Political and societal implications** (pp. 71-96). Opladen: Leske+Budrich.
- LOTTA, G. S. . O papel das burocracias do nível de rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. In: Carlos Aurélio Pimenta de Faria. (Org.). **Implementação de políticas públicas: teoria e prática.** 1ed.Belo Horizonte: PUC MG, 2012, v. 1, p. 20-49.
- LOTTA, G. S. . Desvendando o papel dos burocratas de nível de rua no processo de implementação: o caso dos agentes comunitários de saúde. In: Carlos Aurélio Pimenta de Faria. (Org.). **Implementação de políticas públicas: teoria e prática.** 1ed.Belo Horizonte: PUC MG, 2012, v. 1, p. 221-259.

LOTTA, G. S. ; VAZ, J. C. . A contribuição dos arranjos institucionais complexos para a efetividade das políticas públicas no Brasil. In: CLAD, 2012, Cartagena. *XVII Congresso Internacional CLAD*. Uruguay: CLAD, 2012. v. 1. p. 1.

MARCHETTI, Vitor . Desenho institucional e políticas públicas no Brasil. In: Vitor Marchetti. (Org.). **Políticas Públicas em debate**. 1ed.São Bernardo do Campo: MP Editora, 2013, v. , p. 39-60.

MARCHETTI, Vitor . O Supremo Tribunal Eleitoral: a relação entre STF e TSE na governança eleitoral brasileira. *Revista brasileira de estudos constitucionais*, v. 20, p. 21, 2011.

MARCHETTI, Vitor ; CORTEZ, Rafael . **A judicialização da competição política: o TSE e as coligações eleitorais**. Opinião Pública (UNICAMP. Impresso), v. 15, p. 422-450, 2009.

OLIVEIRA, V. E. . As fases do processo de políticas públicas. In: Vitor Marchetti. (Org.). **Políticas Públicas em Debate**. 1a.ed.São Bernardo do Campo: MP Editora; UFABC, 2012, v. 1, p. 15-38.

OLIVEIRA, V. E. . Processo de descentralização de políticas públicas e seu impacto sobre o federalismo brasileiro. *Revista brasileira de estudos constitucionais*, v. 19, p. 197-218, 2011.

OLIVEIRA, V. E. . Poder Judiciário: árbitro dos conflitos constitucionais entre Estados e União. *Lua Nova* (Impresso), v. 78, p. 1, 2009

OLIVEIRA, V. E. . Judiciário e Privatizações no Brasil: Existe uma Judicialização da Política?. *Dados* (Rio de Janeiro), Brasil, v. 48, n.3, p. 550-587, 2005.

PIERRE, J. (Ed.) **Debating governance**. New York: Oxford University Press, 2001.

PÓ, Marcos Vinicius ; ABRUCIO, Fernando Luiz . Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras: semelhanças e diferenças. *RAP. Revista Brasileira de Administração Pública*, v. 40, p. 679-698, 2006.

SEN, A., SITIGLITZ, J., FITOUSSI, J.P. **Report of the comission on the measurement of economic performance and social progress**. Consultado em: http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/documents/rapport_anglais.pdf . 2008.

SICSU, J.; PAULA, L.F.; MICHEL, R.. Por que novo-desenvolvimentismo? *Revista de Economia Política*, Vol 27, nº 4, dezembro 2007.

SISK, T. et al. **Democracy at the local level. The international IDEA Handbook on participation, representation, conflict, management, and governance**. Stockholm: IDEA, 2001.

UNDP. **Human Development Report**. Consultado em www.undp.org. 2013.

UNEP. **Year book – emerging issues in our global environment**. Consultado em http://www.unep.org/pdf/uyb_2013.pdf . 2013.

VAZ, José Carlos A delicada disputa pelas cabeças no serviço público brasileiro no Brasil pós-redemocratização. *Cadernos ENAP*, edição especial, 2006.

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento sustentável – a utopia do século XXI**. Rio de Janeiro. Garamond. 2005.

Necessidades estruturais e orçamentárias

Necessidades de Infra Estrutura, equipamentos e materiais de consumo¹

Item	Quantidade
Infra estrutura	
Sala	1
Mesas de trabalho	6
Cadeiras	18
Mesa de reunião	1
Equipamentos	
Computadores	3
Notebook	3
Mini gravadores	2
Projetor	1
Câmera	1
Impressoras	2
Materiais de Consumo	
Folha para impressão	30000
Cartuchos	150
Livros	300

Item	Quant	Valor in-div	Valor to-tal	Total
Seminário Anual (6)				
Coffee Break (2 dias de seminário)	12	400	4800	
Total seminário				4800
Simpósio Anual (3)				
Coffee Break (3 dias por simpósio)	9	1000	9000	
Passagens pesquisadores externos nacionais (4)	12	1500	18000	
Passagens pesquisadores internacionais (3)	9	3000	27000	
Diárias pesquisadores externos (4 dias, 13 pessoas)	156	250	39000	
Materiais de divulgação	3	500	1500	
Total simpósio				94500
Fundo para Pesquisa de campo				
Passagens e diárias		75000	75000	
Total fundo				75000
Publicação Boletim				
Edição (12)	12	500	6000	
Impressão (12 edições, tiragem de 1000)	12000	2	24000	
Correio (200 em 12 edições)	2400	0,5	1200	
Total boletim				31200
Comitê de Acompanhamento				
Passagens nacionais (1 pessoa)	6	1200	7200	
Passagens internacionais (1 pessoa)	6	3000	18000	
Diárias	48	250	12000	

¹ As necessidades de infra estrutura são desejáveis, embora não sejam condições para viabilização do Núcleo

Total comitê				37200
Publicação Livros (2)				
Edição, diagramação e impressão	2	30000	60000	
Total livros				60000
Participação em seminários nacionais e internacionais				
Passagens (10 por ano)	27	3000	81000	
Diárias (30 por ano)	81	250	20250	
Inscrição eventos (10 por ano)	9	400	3600	
Total participação seminários				104850
Outros				
Tradução de artigos (10 por ano)	30	1000	30000	
Serviços para formação de banco de dados	1	10000	10000	
Elaboração de site	1	1500	1500	
Total outros				41500
Total solicitado				449050

Ano 1	
Seminários	1600
Simpósio	31500
Boletim	10400
Comitê de acompanhamento	12400
Tradução	10000
Participação em seminários	34950
Total ano 1	102350

Ano 2	
Seminários	1600
Simpósio	31500
Boletim	10400
Comitê de acompanhamento	12400
Tradução	10000
Participação em seminários	34950
Elaboração de Banco de Dados	10000
Fundo para pesquisa de campo	75000
Livro	30000
Total ano 2	215850

Ano 3	
Seminários	1600
Simpósio	31500
Boletim	10400
Comitê de acompanhamento	12400
Tradução	10000

Participação em seminários	34950
Livro	30000
Total ano 3	130850